

O ISOLAMENTO DO BRASIL EM RELAÇÃO AOS ACORDOS E MEGA-ACORDOS COMERCIAIS*

Vera Thorstensen**

Lucas Ferraz***

RESUMO

A proliferação de acordos preferenciais de comércio (APCs) tem modificado o cenário do comércio internacional. Os APCs se multiplicam para oferecer soluções aos desafios do comércio do século XXI, papel antes desempenhado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), atualmente revivida após o sucesso de Bali. O Brasil ainda se mostra como um país relativamente isolado no cenário das negociações preferenciais, com poucos acordos celebrados. Assim, o país vem assistindo a uma perda relativa de acesso a diversos mercados internacionais em razão de preferências tarifárias, quotas agrícolas e redução de barreiras não tarifárias (BNTs) concedidas por parceiros comerciais a outros países, por meio da negociação de APCs. Esse cenário é agora agravado pelas iniciativas de lançamento das negociações de dois mega-acordos preferenciais: o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) e o Trans-Pacific Partnership (TPP). Estes acordos abarcam parcela significativa do comércio mundial e podem trazer impactos importantes para o comércio exterior brasileiro. O presente estudo avalia, por meio de simulações de equilíbrio geral computável (EGC), os impactos desses dois mega-acordos para a economia brasileira, bem como os impactos de eventuais acordos do Brasil com os Estados Unidos e a União Europeia (UE), considerando tanto a redução de tarifas quanto de BNTs. Por fim, o estudo aponta para a necessidade de o Brasil repensar sua política de comércio exterior.

Palavras-chave: acordos preferenciais de comércio; mega-acordos; TTIP; TPP.

BRAZIL'S ISOLATION IN RELATION TO TRADE AGREEMENTS AND MEGA-AGREEMENTS

ABSTRACT

The proliferation of preferential trade agreements (PTAs) has modified international trade. PTAs are multiplying in order to offer solutions to the challenges of 21st century trade, role previously played by the World Trade Organization (WTO), now revived after the success of Bali. Brazil is still relatively isolated of preferential negotiations, with only a few agreements signed. Thus, the country has been watching the relative loss of market access of several of its trade partners, due to preferences accorded by them to other countries, through the negotiation of PTAs. This scenario is now aggravated by the two mega preferential agreements: the Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP and the Trans-Pacific Partnership – TPP. These two agreements comprehend an expressive part of international trade flows and may bring significant impacts to Brazilian foreign trade. This study evaluates, through general equilibrium modeling, the impacts of the mega-agreements to the Brazilian economy, as well as the impacts of eventual agreements between Brazil and the US and Brazil and the EU, considering both tariff and non-tariff barriers reductions. Finally, the study points to the need for Brazil to rethink its Foreign Trade Policy.

Keywords: preferential trade agreements; mega-agreements; TTIP; TPP.

JEL: F10; F13; F17.

* Os autores agradecem a colaboração de Carolina Müller, Rodolfo Cabral, Belisa Eleoterio e Thiago Nogueira na pesquisa que resultou neste artigo.

** Coordenadora do Centro de Estudos do Comércio Global e Investimento (CCGI) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).

*** Professor de economia da FGV-SP.

1 INTRODUÇÃO

A proliferação de acordos preferenciais de comércio (APCs) tem modificado o cenário do comércio internacional. A criação de um número crescente de tarifas e cotas preferenciais para bens, assim como o acesso preferencial a serviços, para parceiros selecionados, combinada a uma densa regulação de instrumentos para o comércio bilateral ou regional, tem causado impactos profundos também nos países que, como o Brasil, não participam de maneira intensiva desse movimento.

A razão principal a explicar tal multiplicação é a necessidade de se criar um quadro mais avançado e transparente de regras para o comércio internacional, que permita maior previsibilidade ao comércio. Na verdade, os APCs se multiplicam para oferecer soluções aos desafios do comércio do século XXI, papel antes desempenhado pela Organização Mundial de Comércio (OMC), atualmente revivida após o sucesso de Bali.

O Brasil ainda se mostra um país relativamente isolado no cenário das negociações preferenciais, à exceção dos APCs celebrados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). O país possui apenas acordos restritos com Índia, Israel, Sacu,¹ Egito e Palestina, sendo que apenas os dois primeiros estão em vigor. Assim, o país vem assistindo a uma perda relativa de acesso a diversos mercados internacionais em razão de preferências tarifárias, cotas agrícolas e redução de barreiras não tarifárias (BNTs) concedidas por parceiros comerciais a outros países, por meio da negociação de APCs.

O sistema regulatório, essencial para o comércio, vive profundo impasse com as dificuldades de se fazer avançar a Rodada de Doha, no âmbito da OMC. O papel predominante de fonte de regras antes exercido por essa organização está sendo substituído por regras bilaterais e regionais, negociadas pelos APCs. O sistema mundial do comércio convive, de forma muitas vezes conflitante, com a multiplicação de três tipos diferentes de regras: *i*) regras compatíveis com as da OMC (*OMC in*), como desgravação tarifária e defesa comercial; *ii*) regras que avançam nos temas já cobertos pela OMC (*OMC plus*), como serviços, salvaguardas e propriedade intelectual; e *iii*) regras que regulamentam temas não cobertos pela OMC (*OMC extra*), como investimento, concorrência, meio ambiente e padrões trabalhistas. Essa variedade de regras, ao se multiplicar nos APCs, muitas vezes sem supervisão da OMC, fragmenta o sistema regulatório e cria significativos entraves ao comércio internacional.

Esse cenário é agora agravado pelas iniciativas de lançamento das negociações de dois mega-acordos preferenciais: o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP), entre Estados Unidos e União Europeia (UE); e o Trans-Pacific Partnership (TPP), entre Estados Unidos, Austrália, Brunei, Canadá, Singapura, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. Esses acordos abarcam parcela significativa do comércio mundial e podem trazer impactos importantes para o comércio exterior brasileiro.

O momento atual deve representar um ponto importante de inflexão na política de comércio internacional para o Brasil. A estratégia de priorizar as negociações multilaterais, via OMC, já está esgotada. Mesmo com o sucesso em Bali, na Conferência Ministerial da OMC, o país terá que repensar toda a sua agenda se decidir se tornar novamente relevante no cenário internacional. Até lá, o Brasil precisa sair rapidamente do isolamento a que se condenou, nos últimos anos, por conta de um esforço infrutífero de manter intacto o Mercado Comum do Sul (Mercosul), e dar prioridade

1. Southern African Customs Union (União Aduaneira da África Austral), formada pelos seguintes países: África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

à América do Sul. A América do Sul está cindida entre Atlântico e Pacífico, com a atração exercida pela China nos parceiros hispânicos. O Mercosul vive um momento político e econômico de total descompasso com o Brasil e representa uma verdadeira camisa de força que impede a quebra do isolamento brasileiro. As negociações com a UE não avançavam por conta das incertezas das políticas econômicas e do temor que a abertura dos mercados representaria para o setor industrial.

Três fatores alteraram substancialmente esse quadro: o avanço da China no mundo e no Brasil, penetrando de forma crescente na quase totalidade do parque industrial brasileiro; a conscientização dos empresários de que o comércio internacional foi substancialmente alterado com a lógica das cadeias globais de valor, o que os obriga a buscar maior competitividade; e, finalmente, a decisão do governo de atuar de forma decisiva no câmbio, criando um ambiente mais adequado ao comércio internacional.

Este é o momento de o Brasil refletir:

- se deve manter sua política de isolamento, priorizando apenas a América do Sul e a África;
- se deve ceder às pressões da Argentina e retardar a finalização do acordo longamente postergado com a UE;
- se deve repensar seus vínculos com o Mercosul, libertando-se de um quadro regulatório ultrapassado, que foi adequado para outro momento histórico;
- se deve partir para uma agressiva política de negociar acordos preferenciais com vários de seus parceiros mais desenvolvidos ou ficar na desgastada estratégia do comércio sul-sul, porque as empresas brasileiras não suportariam a concorrência do comércio norte-sul; e
- se deve, no contexto de uma eventual negociação do TTIP entre Estados Unidos e UE, ficar apenas restrito a um acordo Brasil-Mercosul com a UE, ou deve partir para um novo “diálogo atlântico”, para compensar o “diálogo pacífico”, e partir para a retomada de um acordo com os Estados Unidos.

O momento exige uma profunda rediscussão da política do comércio internacional do Brasil.

2 CENÁRIOS POSSÍVEIS

Este estudo avalia os impactos dos principais acordos de interesse do Brasil, com foco nas exportações agrícolas e industriais, que representam parcela de grande relevância na pauta brasileira.

O estudo foca os impactos do comércio com a negociação do TTIP e do TPP e, por fim, avalia os impactos de eventuais acordos do Brasil com os Estados Unidos e a UE.

2.1 Construção de cenários e simulações

Os resultados dos cenários analisados demonstram as significativas perdas e ganhos com os diferentes acordos examinados.

Foi utilizado nas simulações o modelo de equilíbrio geral computável (ECG) Global Trade Analysis Project (GTAP), versão 8, no modelo estático, para avaliar os efeitos dos acordos selecionados. Essas simulações analisam impactos dos acordos que apenas incluem reduções tarifárias e quando as

negociações envolvem negociações de BNTs. Para a simulação da redução das BNTs, foi utilizada a metodologia apresentada no projeto Ecorys de 2009, desenvolvida por Berden *et al.* (2009) para a Comissão Europeia.

Os cenários incluem os impactos dos mega-acordos (TTIP e TPP) para o Brasil, considerando diferentes hipóteses para os setores agrícola e industrial. O estudo visa estimar os custos destes acordos para o Brasil e os ganhos de, eventualmente, se aliar ao TTIP. Também serão simulados os impactos para o Brasil da negociação de acordos com seus principais parceiros comerciais: Estados Unidos e UE. Finalmente, os impactos das BNTs são examinados.

2.1.1 Simulação 1: impactos do TTIP para o Brasil

A simulação apresenta os impactos da negociação do TTIP, entre Estados Unidos e UE, para a economia brasileira.

Duas hipóteses distintas são assumidas: *i*) uma liberalização completa das tarifas entre Estados Unidos e UE; e *ii*) a eliminação completa das tarifas em conjunto com uma eliminação de 50% das BNTs.

Resultados

Os efeitos do TTIP para as exportações do Brasil são os apresentados a seguir.

- 1) A eliminação apenas das tarifas resulta em redução de 0,6% das exportações brasileiras para os Estados Unidos e a UE, correspondendo a uma diminuição de US\$ 0,4 bilhão.
- 2) A eliminação completa das tarifas em conjunto com a eliminação de 50% das BNTs resulta em uma queda mais significativa de 5% das exportações brasileiras para esses parceiros, correspondente a US\$ 3,8 bilhões.

Com a expectativa de um crescimento dos fluxos de comércio entre os Estados Unidos e a UE, a participação do Brasil no comércio mundial certamente será afetada.

Com relação às importações, os efeitos do TTIP para o Brasil são:

- a eliminação completa das tarifas entre Estados Unidos e UE resulta em uma queda de 0,4% das importações brasileiras para esses parceiros, correspondente a US\$ 0,3 bilhão; e
- a eliminação completa das tarifas, combinada à eliminação de 50% de BNTs, resulta em uma queda de 4% das importações para esses parceiros, correspondente a uma redução de US\$ 3,1 bilhões.²

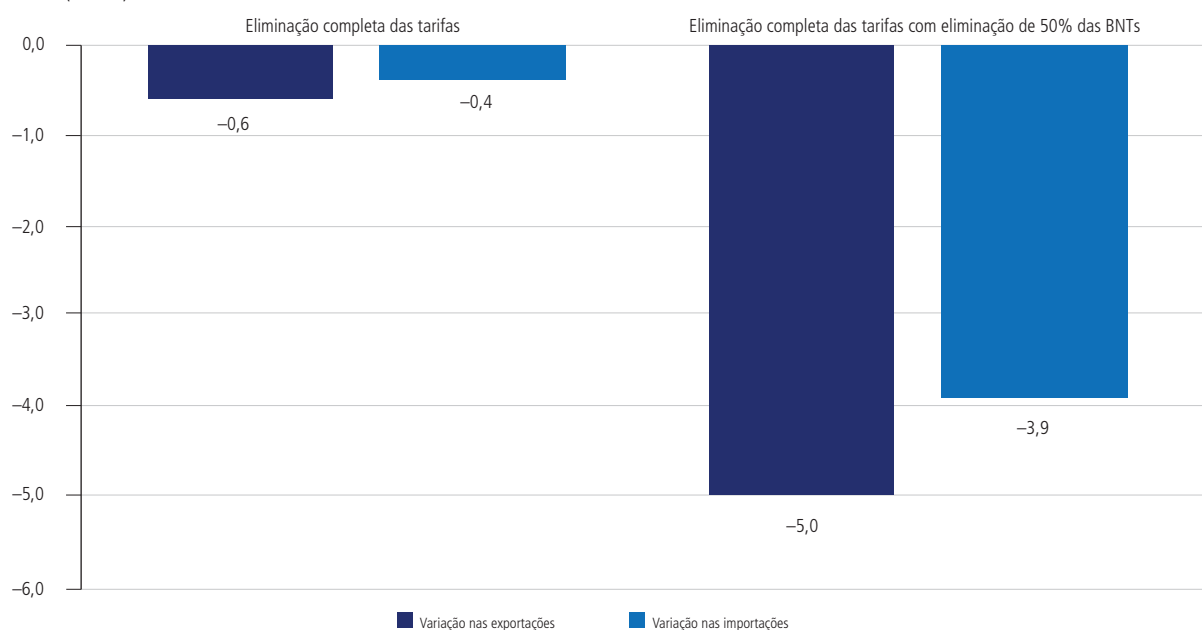
O gráfico 1 apresenta a síntese dos resultados.

2. Valores *free on board* (FOB) da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) de 2012.

GRÁFICO 1

TTIP: simulação dos efeitos nas exportações e nas importações bilaterais do Brasil

(Em %)



Fonte: Centro de Comércio Global e Investimento da Fundação Getúlio Vargas (CCGI/FGV).

Considerando-se os efeitos do TTIP no Brasil, verificam-se no país pequenas reduções de exportações e importações, quando o cenário só com barreiras tarifárias é analisado. Quando no TTIP é incluída redução de BNTs entre Estados Unidos e UE, os impactos negativos sobre o Brasil são mais significativos.

Considerando a análise do produto interno bruto (PIB) por setores, tem-se o que se segue.

- 1) Para o setor agrícola, pequenas perdas são verificadas para a maioria dos setores, com impactos mais acentuados quando da liberalização também das BNTs. Os produtos e preparados de carne sofrerão os impactos negativos mais acentuados, com uma queda de 2,01% do PIB setorial. Os setores de outras culturas, incluindo café, e de produtos animais também serão bastante afetados com reduções de 1,23% e 1,01% do PIB setorial, respectivamente. O único setor a apresentar melhora relevante é o de trigo, que se beneficiará de um ganho de 1,54% no PIB setorial.
- 2) É importante ressaltar que um fator que poderá afetar as exportações agrícolas do Brasil para a UE é a concessão de cotas preferenciais para os Estados Unidos, influenciando as cotas globais oferecidas pelo bloco e reduzindo o acesso ao mercado dos demais exportadores, incluindo o Brasil.
- 3) O setor industrial se beneficiará de pequenos ganhos para uma série de setores. Esses ganhos são explicados pelo aumento dos fluxos de comércio resultante da integração econômica entre Estados Unidos e UE, que criará alguma demanda para exportações também de outros países. O setor mais beneficiado será o de produtos de madeira, com ganhos de 1,41%, enquanto os setores mais prejudicados serão os de equipamento de transporte (-2,86%), couro (-0,64%) e minerais não metálicos (-0,59%).

2.1.2 Simulação 2: impactos de uma eventual participação do Brasil no TTIP

A simulação apresenta os impactos para o Brasil de uma hipotética adesão do país às negociações do TTIP.

As hipóteses assumidas são: *i)* redução de 100% das tarifas e redução de 50% das BNTs para todos os parceiros; *ii)* redução de 50% das tarifas agrícolas e 100% das tarifas industriais dos Estados Unidos e da UE, eliminação de 100% das tarifas do Brasil e redução de 100% das BNTs entre os três parceiros; *iii)* redução de 50% das tarifas em agricultura e 100% das tarifas na indústria dos Estados Unidos e da UE, redução de 100% das tarifas em agricultura, 50% da indústria do Brasil e redução de 100% das BNTs para todos os parceiros; e *iv)* redução de 50% das tarifas em agricultura e 100% das tarifas na indústria dos Estados Unidos e da UE, redução de 100% das tarifas em agricultura, 50% da indústria do Brasil e redução de 50% das BNTs para todos os parceiros.

Resultados

A adesão do Brasil ao TTIP resulta em um significativo aumento das exportações brasileiras, conforme se pode conferir adiante.

- 1) A eliminação completa das tarifas e de 50% das BNTs entre os três parceiros resulta em um aumento expressivo de 126% das exportações brasileiras para Estados Unidos e UE, correspondente a US\$ 95,4 bilhões.
- 2) A redução de 50% das tarifas agrícolas e 100% das tarifas industriais dos Estados Unidos e da UE, a eliminação de 100% das tarifas do Brasil e a redução de 100% das BNTs entre os três parceiros resultam em um aumento de 102,4% das exportações brasileiras para os dois parceiros, correspondente a US\$ 77,3 bilhões.
- 3) Em hipótese de redução de 50% das tarifas agrícolas dos Estados Unidos e da UE e 50% das tarifas industriais brasileiras, combinada à eliminação de BNTs, as exportações bilaterais do Brasil têm aumento de 121%, correspondente a US\$ 91,5 bilhões.
- 4) No cenário mais realista de redução de 50% das tarifas agrícolas dos Estados Unidos e da UE, redução de 50% das tarifas industriais brasileiras e redução de 50% das BNTs, as exportações brasileiras para os Estados Unidos e a UE apresentam ganhos de 67,6%, correspondentes a US\$ 51,1 bilhões.

A participação do Brasil no TTIP resulta em um aumento substancial das exportações brasileiras, o que explica os ganhos no valor da terra e resulta na valorização do real.

Considerando-se as importações e uma eventual participação do Brasil no TTIP, tem-se o disposto a seguir.

- 1) A eliminação completa das tarifas e das BNTs entre os três parceiros resulta em um aumento de 54% das importações brasileiras dos Estados Unidos e da UE, o que corresponde a um aumento de US\$ 43,1 bilhões.
- 2) A redução de 50% das tarifas agrícolas e 100% das tarifas industriais dos Estados Unidos e da UE, a eliminação de 100% das tarifas do Brasil e a redução de 100% das BNTs entre os três parceiros resultam em um aumento de 46,5% das importações brasileiras para os dois parceiros, correspondente a US\$ 37,2 bilhões.

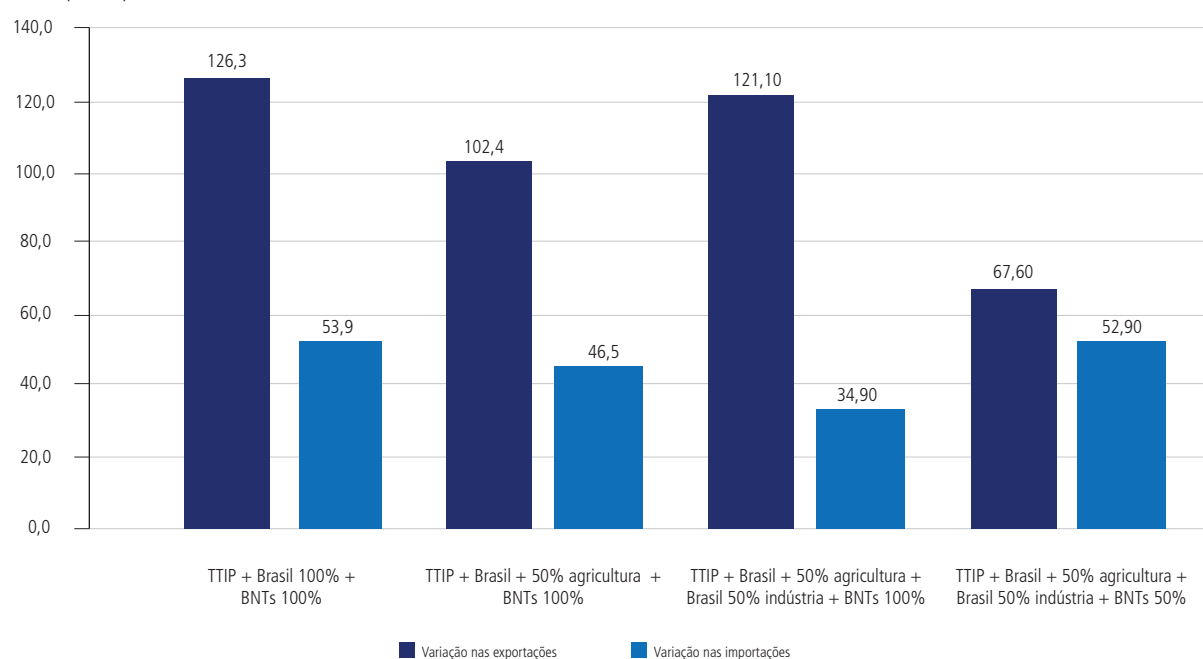
- 3) Na hipótese de redução de 50% das tarifas agrícolas dos Estados Unidos e da UE e 50% das tarifas industriais brasileiras, combinada à eliminação de BNTs, o resultado é um aumento de 34,9% das importações desses parceiros, correspondente a US\$ 27,9 bilhões.
- 4) A redução de 50% das tarifas agrícolas dos Estados Unidos e da UE, a redução de 50% das tarifas industriais brasileiras e a redução de 50% das BNTs resultam em um aumento de 52,9% das importações brasileiras dos Estados Unidos e UE, correspondente a US\$ 42,3 bilhões.³

O gráfico 2 apresenta a síntese dos resultados.

GRÁFICO 2

TTIP+Brasil: simulação dos efeitos nas exportações e nas importações bilaterais do Brasil

(Em %)



Fonte: CCGI/FGV.

Considerando-se os efeitos da entrada do Brasil no TTIP, verificam-se significativos ganhos nas exportações e aumentos menores nas importações, devido aos lucros com exportações agrícolas. Os vários cenários de redução entre Brasil, Estados Unidos e UE das BNTs evidenciam a relevância do tema para as negociações do Brasil.

Com relação à análise setorial, tem-se o que segue.

- 1) O setor agrícola apresenta ganhos expressivos para a maioria dos setores. Os setores mais beneficiados são carnes, com ganhos de 60% no PIB setorial na hipótese de liberalização total das tarifas e BNTs; produtos e preparados de carne, com 57%; animais vivos, com 47%; açúcar, com 35%; e cana de açúcar, com 22%. O setor mais prejudicado é o setor de trigo, com perdas de 5,4% do PIB setorial.

3. Valores FOB da Secex/MDIC de 2012.

- 2) Os ganhos expressivos para o setor agrícola representam os principais custos de oportunidade do Brasil de permanecer fora do TTIP, indicando a importância da celebração de acordos tanto com a UE quanto com os Estados Unidos.
- 3) Por sua vez, a participação do Brasil no TTIP resulta em perdas expressivas para a maioria dos setores industriais. Os mais prejudicados são: metais não ferrosos (-28% do PIB setorial), máquinas e equipamentos (-24%), equipamentos de transporte (-13%) e ferro e aço (-13%). Os prejuízos sofridos pela indústria são, em parte, explicados pela valorização do real, causada pelo aumento das exportações agrícolas. Os resultados demonstram a urgente necessidade de adoção de medidas que garantam melhor competitividade à indústria brasileira, a fim de permitir a integração do país no comércio mundial.

2.1.3 Simulação 3: impactos do TPP no Brasil

A simulação apresenta os impactos do TPP no Brasil, considerando: *i*) a eliminação de tarifas entre os parceiros do TPP; *ii*) a eliminação das tarifas e de 50% das BNTs entre os parceiros do TPP; *iii*) a eliminação das tarifas entre os parceiros do TPP, considerando a adesão da China ao acordo; e *iv*) a eliminação das tarifas e de 50% das BNTs entre os parceiros do TPP, contando com a adesão da China ao acordo.

Resultados

A entrada em vigor do TPP, considerando a eliminação completa das tarifas, resulta em uma queda de 0,4% do total de exportações brasileiras, enquanto as importações sofrem uma queda de 0,4%.

A eliminação, também, de 50% das BNTs resulta em uma queda mais acentuada das exportações, correspondente a 2,7%, bem como em uma queda de 2,6% das importações.

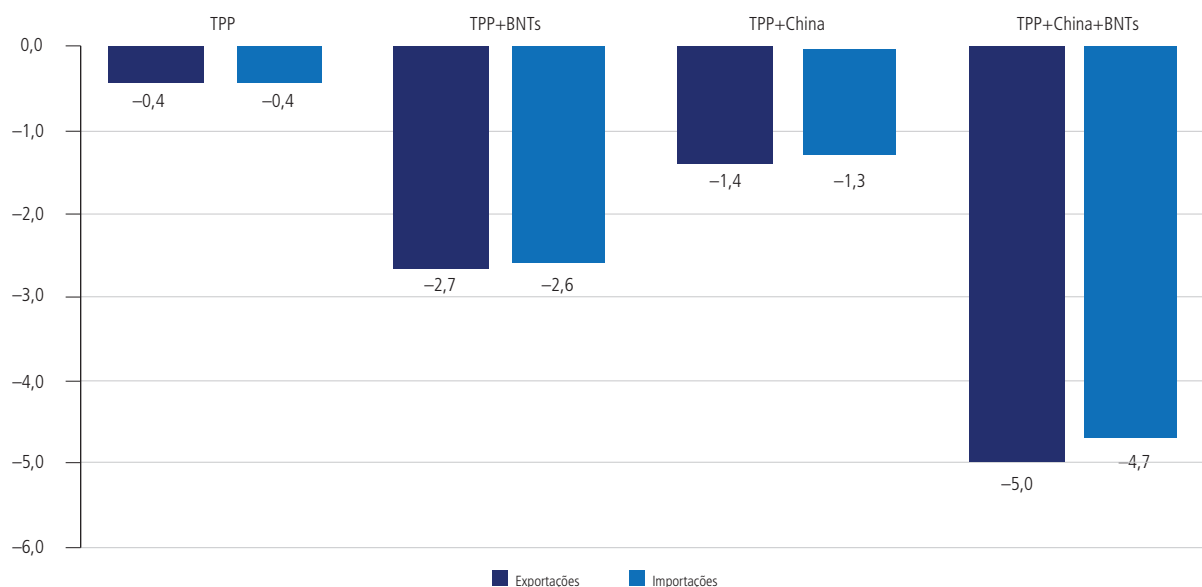
A adesão da China ao acordo torna os impactos negativos do TPP para o Brasil ainda mais significativos: a eliminação apenas das tarifas resulta em uma redução de 1,4% das exportações globais do Brasil e 1,3% das importações, enquanto a eliminação das tarifas, combinada à eliminação de 50% das BNTs entre a China e os demais parceiros do TPP, resulta em uma diminuição de 5% das exportações e em uma queda de 4,7% das importações.

A síntese dos resultados é apresentada no gráfico 3.

GRÁFICO 3

TPP: efeitos nas exportações e nas importações brasileiras – simulações com e sem a participação da China

(Em %)



Fonte: CCGI/FGV.

Levando-se em conta os efeitos do TPP no Brasil, verificam-se pequenas reduções de exportações e importações, quando só o cenário de barreiras tarifárias é analisado. Quando se inclui, no TPP, redução de BNTs entre Estados Unidos e seus parceiros, os impactos negativos sobre o Brasil são mais significativos. O mesmo ocorre quando a China é incluída no TPP.

Considerando a análise setorial, os seguintes resultados se apresentam.

- 1) Para o setor agrícola, pequenos ganhos são verificados para a maioria dos setores e algumas perdas relevantes para outros. A situação é agravada tanto pela entrada da China ao acordo quanto pela redução também das BNTs. Os setores mais prejudicados com a entrada em vigor do TPP, considerando a redução das tarifas e BNTs, são o de produtos e preparados de carne, com uma queda de 5,1% do PIB setorial, seguido pelo de produtos animais, com uma queda de 2,8%, o de frutas e vegetais, com uma queda de 2,5%, e outras culturas, incluindo café, com uma redução de 1,1% do PIB setorial. O setor mais beneficiado é o de silvicultura, com ganhos de 0,8% do PIB nominal.
- 2) Com a entrada da China no acordo e considerando a redução de 50% das BNTs, as perdas enfrentadas por alguns setores se tornam expressivas. O setor de sementes oleaginosas, incluindo soja, sofre perdas de 9,6% do PIB setorial, o de produtos e preparados de carne sofre perdas de 3,7% e o de fibras vegetais tem uma queda de 2,2%.
- 3) Para o setor industrial, pequenos ganhos são verificados para a maioria dos setores, com perdas relevantes, em especial com a entrada da China. No acordo com a China, as perdas mais importantes se concentram nos setores de couro (-6,7%) e têxteis (-1,5%), enquanto os principais ganhos são verificados nos setores de metais não ferrosos (3,7%) e madeira (2,6%).

2.1.4 Simulação 4: acordos preferenciais do Brasil com Estados Unidos e UE-27

Para se ter um quadro comparativo, foram realizadas simulações de acordos do Brasil isoladamente com os Estados Unidos e a UE, considerando-se barreiras tarifárias e BNTs.

A simulação considerou para cada acordo as hipóteses a seguir.

Tarifas: Estados Unidos e UE – liberalização de 50% em agricultura e de 100% em indústria.
Brasil – liberalização de 100% nos dois setores.

Liberalização só de tarifas.

Liberalização de tarifas e de 25% das BNTs.

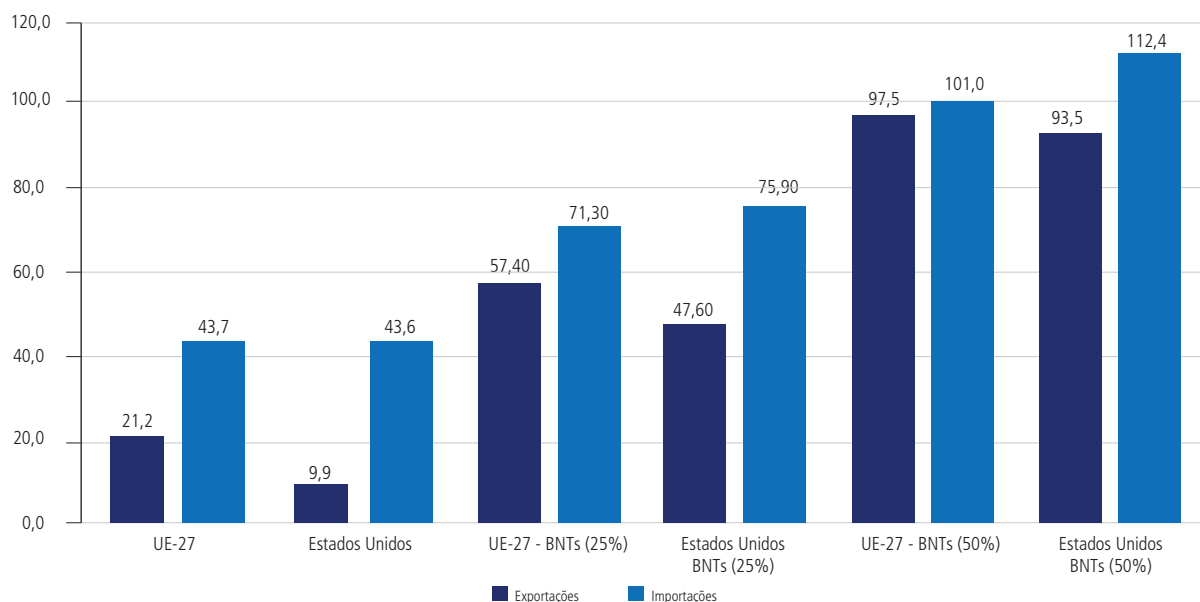
Liberalização de tarifas e de 50% das BNTs.

Foram avaliados os impactos nas exportações bilaterais do Brasil.

O gráfico 4 apresenta a síntese dos resultados.

GRÁFICO 4

APCs: simulação dos efeitos nas exportações e nas importações brasileiras – UE-27 e Estados Unidos
(Em %)



Fonte: CCGI/FGV.

Considerando-se os impactos só de redução tarifária, os cenários indicam resultados positivos para as exportações, mas aumentos consideráveis de importações. Os ganhos das exportações resultam da área agrícola, com conseqüente impacto no câmbio e no crescimento das importações.

3 SÍNTESE DOS RESULTADOS

A análise dos impactos nos fluxos de comércio internacional mostra importantes resultados para a política de comércio internacional do Brasil.

O primeiro ponto relevante é o peso das BNTs para a liberalização comercial. Nos acordos com Estados Unidos e UE, os estudos mostram que, na negociação apenas de tarifas, há um aumento mais expressivo das importações brasileiras comparado ao aumento das exportações, que ocorre em menor escala. Isso acontece porque as tarifas desses países já são baixas, e os ganhos da eliminação dessas barreiras para o Brasil são pouco expressivos.

Já quando é negociada também a redução das BNTs, percebe-se um aumento nos fluxos de comércio entre os parceiros e um maior equilíbrio entre o crescimento das exportações e importações. Tal resultado decorre do fato de que, uma vez que as barreiras tarifárias dos Estados Unidos e da UE já são baixas, as principais barreiras ao comércio são não tarifárias. Desse modo, a negociação das BNTs é essencial para permitir um acesso mais expressivo ao mercado do parceiro preferencial.

Assim, a negociação tradicional de APCs, apenas com a redução das tarifas, não é suficiente para garantir a integração com esses parceiros e limita os benefícios a serem obtidos pelo Brasil pela celebração do acordo. É essencial que o Brasil negocie acordos de integração mais profunda, com redução substancial das BNTs, por meio de mecanismos de harmonização, reconhecimento mútuo e eliminação de entraves aduaneiros.

O segundo ponto relevante é o impacto que os mega-acordos trarão para a economia brasileira e o conseqüente custo do isolamento. A entrada em vigor do TTIP e do TPP implica uma redução dos fluxos de importação e exportação do Brasil, contribuindo para o isolamento do país do comércio internacional.

A hipótese da entrada do Brasil no TTIP, com o aumento expressivo das exportações brasileiras, aponta para os custos de oportunidade de o país se manter isolado e demonstra que, em um cenário internacional pautado por mega-acordos, não há lógica em negociar um APC com a UE sem iniciar também negociações com os Estados Unidos. A celebração de acordos com esses dois parceiros comerciais importantes para a pauta brasileira é fundamental para garantir a inserção no mercado comercial.

A política de comércio internacional do Brasil deve ser repensada nesse cenário de proliferação de APCs e mega-acordos comerciais. O Brasil deve promover não apenas a integração sul-sul, como vinha fazendo até o momento, mas também com países desenvolvidos de maior peso na pauta comercial brasileira. O modelo de acordo praticado pelo Brasil também deve ser atualizado. Como demonstrado, a redução de tarifas não é mais suficiente para garantir a integração comercial. O país deve visar à negociação de acordos de integração profunda, com um denso quadro regulatório que abranja as BNTs. Finalmente, os mega-acordos colocam o Brasil em uma posição sensível no cenário internacional e tornam imperativo e urgente repensar a política de comércio internacional do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual, de profundas transformações no contexto do comércio internacional, exige uma alteração significativa na concepção da política de comércio internacional do Brasil.

Sofrendo atualmente de perda de relevância, com o impasse da Rodada de Doha, apesar de manter o foro de solução de controvérsias, a OMC deixou de ser a fonte principal de negociação e supervisão de regras para o comércio. Esse papel passou a ser exercido pelos APCs de comércio liderados por Estados Unidos e UE. A multiplicação dos acordos preferenciais evidencia que a maioria dos países adotou a estratégia de se integrar ao comércio global via acordos e não via negociações multilaterais como vem fazendo o Brasil.

A transformação do sistema produtivo por meio das cadeias globais de valor demanda um novo posicionamento do Brasil para a sua inserção na economia global. Regras de comércio – e não tarifas – são a essência do novo modo de produção.

O atual isolamento do Brasil, que vem priorizando acordos do tipo sul-sul, sempre em conjunto com o Mercosul, não mais se sustenta.

A conclusão do TTIP e do TPP – os mega-acordos centrados nos Estados Unidos e na UE – representa séria ameaça aos interesses do Brasil. Os impactos negativos são significativos, com as simulações apresentando quedas das exportações brasileiras anuais para o conjunto dos países envolvidos.

No entanto, a eventual participação do Brasil no TTIP representaria ganhos significativos para as exportações do país, principalmente as do setor agrícola. É importante enfatizar que, mais que tarifas, o TTIP representa a criação de um novo marco regulatório para barreiras sanitárias e fitossanitárias e barreiras técnicas, essencial para as atividades do setor agrícola.

A simulação do acordo em negociação com a UE, que envolve apenas tarifas, representa ganhos, principalmente para o setor agrícola. Quando comparados com os ganhos do TTIP, os resultados demonstram a importância de se repensar um eventual acordo com os Estados Unidos. Com o TTIP, não existirá lógica comercial em se fazer acordo com a UE, mas não com os Estados Unidos.

Considerando-se esses cenários, é tempo de se reavaliarem os entraves que o Mercosul representa para a estratégia do Brasil de inserção internacional. O Mercosul vem servindo como uma camisa de força para as negociações de acordos pelo Brasil. O quadro jurídico do Mercosul deve ser repensado e flexibilizado para que o país aproveite o atual momento econômico.

As negociações iniciadas entre Estados Unidos e UE no TTIP representam uma sinalização importante para os atores econômicos das duas regiões, que já estão repensando a redução de BNTs, como barreiras aduaneiras, barreiras técnicas e sanitárias ou fitossanitárias, no âmbito de um novo marco regulatório que se fará fora da OMC.

Caberá ao Brasil refletir se permanece fora desse novo contexto do comércio internacional ou se se integra a ele.

REFERÊNCIA

BERDEN, K. *et al.* **Non-tariff measures in EU-US trade and investment** – and economic analysis. Rotterdam: Ecorys, 11 Dec. 2009. (Report for the European Commission).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIXON, P. B.; PARMENTER, B. R. Computable general equilibrium modelling for policy analysis and forecasting. *In*: AMMAN, H. M.; KENDRICK, D. A.; RUST, J. (Ed.). **Handbook of computational economics**. Amsterdam: Elsevier, 1996. v. 1. p. 3-85.

DIXON, P. B. *et al.* Notes and problems in applied general equilibrium economics. *In*: BLISS, C. J.; INTRILIGATOR, M. D. (Ed.). **Advanced textbooks in economics**. Amsterdam: North-Holland, 1992. v. 32.

EU – EUROPEAN COMMISSION. **Impact assessment report on the future of EU-US trade relations**. Commission Staff Working Document, Strasbourg, Mar. 2013. (SWD, 2013, 68 final).

FRANCOIS, J. (Coord.). **Reducing transatlantic barriers to trade and investment**. An economic assessment. Centre for Economic Policy Research, London, Mar. 2013. (Final Project Report).

HERTEL, T. W. **Global trade analysis: modeling and applications**. Cambridge University Press, 1997.

